

DELEGAÇÃO PERMANENTE JUNTO À UNESCO EM PARIS

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADORA MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS

Encaminho, a seguir, relatório de gestão simplificado cobrindo o período de 25 de agosto de 2017 a 1º de abril de 2019.

2. Assumi a Chefia da Delegação do Brasil junto à UNESCO em 25 de agosto de 2017, em momento tão complexo quanto sensível para o futuro da Organização. Estábamos então às vésperas da reunião do Conselho Executivo, máxima instância negociadora que se reúne duas vezes ao ano, em que o Brasil ocupa assento até 2019 (e é candidato a reeleição em novembro próximo), e da Conferência Geral, que se realiza a cada dois anos.

3. A UNESCO enfrentava então severa crise orçamentária, decorrente do não pagamento de contribuições ao seu orçamento regular, desde 2011, por parte dos EUA e de Israel (totalizando cerca de 23% do orçamento anual da organização) em decorrência da incorporação da Palestina à Organização. Outros países, incluindo o Brasil, estavam em atraso de até dois anos no pagamento de suas contribuições, ocasionando severa crise financeira com consequências inevitáveis sobre a redução de pessoal e de atividades em benefício dos estados membros.

4. À aguda crise financeira, somava-se o crescente acirramento da clivagem política na Organização envolvendo a questão da Criméia, opondo Rússia e Ucrânia quanto à análise de projetos de Decisão sobre educação para minorias tártaras e liberdade de expressão; a temática relativa a aspectos educacionais e culturais em territórios árabes ocupados e a preservação da Cidade Velha de Jerusalém, inscrita na lista do Patrimônio Mundial da Unesco em Perigo, opondo os EUA e Israel aos países árabes; além de polarização entre Japão e Coréia em torno da inscrição, por Seul, no Programa Memória do Mundo dos arquivos históricos relativos à questão das "Comfort Women" durante a II Guerra Mundial.

5. Era contra esse pano de fundo que se daria a eleição do novo Diretor-Geral da UNESCO, com o inédito número de oito candidatos ao posto. Em meio ao processo eleitoral, EUA e Israel anunciaram sua saída da Organização, decisão que, pelos regulamentos estatutários, tornou-se efetiva em dezembro de 2018. Também nesse ambiente, o Brasil buscava sua eleição para o prestigioso Comitê do Patrimônio Mundial.

6. Diante desse quadro, busquei, logo ao assumir minhas funções, trabalhar com vistas a afastar da agenda a negativa politização da UNESCO e promover abordagem equilibrada das questões mais polêmicas, de forma a que a Organização pudesse concentrar suas energias de maneira construtiva nos temas de seu

mandato. Empenhei-me também em buscar o pagamento das contribuições brasileiras em atraso, e em assegurar a eleição do Brasil ao Comitê do Patrimônio Mundial.

7. A intensa campanha realizada por esta Delegação, com o apoio do Itamaraty, não só permitiu ao Brasil eleger-se com 136 votos (num universo de 164 votantes) para o mais importante órgão estatutário da UNESCO, em 14/11/17, como também propiciou-me a oportunidade de ser escolhida como Vice-Presidente do Comitê do Patrimônio Mundial, tendo sido reconduzida à função até a próxima reunião do Comitê, em Baku, Azerbaijão, em julho de 2019.

8. O processo que culminou com a eleição da francesa Audrey Azoulay como Diretora-Geral da UNESCO foi longo e conflitivo (seis turnos de votação no Conselho Executivo, em outubro, e votação plenária na Conferência Geral, em novembro), tendo em vista a existência de pelo menos três candidatos com real potencial de vitória (Catar, França e Egito), com acirrada disputa entre os grupos eleitorais.

9. Desde sua posse, em novembro de 2017, a DG Azoulay tem-se empenhado em recuperar o prestígio e a liderança da UNESCO nas áreas de sua competência, o que contempla a recomposição de sua base orçamentária e a implementação de reforma administrativa com vistas ao aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e à redefinição de prioridades.

10. Do ponto de vista político, vêm sendo exitosos os esforços, dos quais tenho participado ativamente, no sentido de evitar a instrumentalização política da Organização mediante o diálogo promovido pela Diretora-Geral com as partes envolvidas. Em decorrência dessas iniciativas, os itens mais polêmicos da agenda do Conselho Executivo vêm sendo objeto de constante adiamento, de forma a desintoxicar as discussões.

ESTRUTURA E MANDATO DA UNESCO

11. Criada em 16 de novembro de 1945 sobre os escombros da II Guerra Mundial, a UNESCO vem à luz com a missão de combater a intolerância, a discriminação e o preconceito, e de promover um novo humanismo para forjar uma cultura de paz lastreada na cooperação internacional nas áreas de educação, ciências e cultura. A essas áreas de seu mandato original, a UNESCO agregou posteriormente os temas relativos a comunicação e informação, de forma a adequar-se aos desafios do mundo contemporâneo.

12. A Organização tem hoje 193 estados membros e 10 membros associados. Seu Conselho Executivo é amplamente representativo ao congregar 58 países, e se reúne duas vezes ao ano para deliberar sobre ampla agenda. O Brasil, por sua atuação construtiva na UNESCO, tem logrado eleger-se continuamente para o Conselho Executivo e atualmente ocupa, por eleição, a prestigiosa função de Vice-Presidente do Grupo da América Latina e Caribe no referido órgão, com mandato até novembro de 2019. A Conferência-Geral é a instância máxima de governança da Organização e se reúne a cada dois anos. Desde a década de 80 o Brasil não ocupa as importantes funções de

Presidente do Conselho ou da Conferência Geral. O último delegado Permanente a presidir a Conferência Geral foi Eduardo Portella, em 1997-1999, e no biênio 1987-1989, José Israel Vargas ocupou a presidência do Conselho Executivo. A longa ausência do Brasil nessas elevadas funções pode ser atribuída a vários fatores, como a rápida rotatividade dos Embaixadores na função de Delegado Permanente junto à Organização (que desfavorece atuação pessoal destacada e dinâmica do representante do Brasil), ou o atraso no pagamento de contribuições, que enfraquece as postulações do País.

13. A UNESCO dispõe de expressiva capilaridade no terreno. Além da sede e do Centro do Patrimônio Mundial, localizados em Paris, existem 54 escritórios nacionais e regionais e 10 centros de categoria I, em dez diferentes países. De modo indireto, a UNESCO mobiliza ainda 98 centros de categoria II; 199 comissões nacionais; 673 cátedras em 45 redes UNITWIN, envolvendo 700 instituições de pesquisa, em 116 países.

14. Desde a adoção da Agenda 2030 pelas Nações Unidas, em setembro de 2015, os estados membros da UNESCO têm-se esforçado para adaptar os programas da Organização para a consecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se encontram sob seu âmbito de atuação. Destaca-se em particular o ODS-4, relativo à promoção da educação inclusiva e de qualidade, de competência primordial da UNESCO e com transversalidade em todos os 17 ODS da Agenda 2030. Compete ainda à organização parte substancial do acompanhamento dos seguintes Objetivos: ODS-6, sobre acesso à água e saneamento; ODS-9, sobre tecnologia e inovação; ODS-14, relativo à vida nos oceanos; e ODS-16, sobre cultura de paz e justiça, que abrange temas como liberdade de expressão e segurança de jornalistas, bem como o tema da cultura, indissociável dos demais objetivos da Agenda 2030.

PRESENÇA DO BRASIL NA UNESCO

15. O Brasil é membro fundador da UNESCO, foi um dos 37 signatários de sua carta constitutiva em 16 de novembro de 1945, e um dos 20 primeiros países a ratificar sua Constituição em novembro de 1946.

16. Nossa construtiva presença na UNESCO ao longo dos 73 anos de sua existência traduz a vocação pacífica e conciliadora da política externa brasileira. Projetamos na UNESCO a solidez de nossas instituições, a riqueza de nossa cultura, e o pluralismo de nossa sociedade. Defendemos na UNESCO os interesses da sociedade brasileira nos setores da educação, com destaque à erradicação do analfabetismo, a promoção do ensino técnico profissionalizante, a maior inclusão e melhoria da qualidade do ensino, o treinamento de professores e o aprendizado ao longo da vida. Promovemos, da mesma forma, nossos interesses nos setores das ciências naturais (em estreita parceria com a Comissão Oceanográfica Intergovernamental e o Programa Hidrológico Intergovernamental), das ciências sociais (promoção da eliminação de todas as formas de discriminação e elaboração de princípios éticos em diferentes áreas do conhecimento), a preservação de nosso patrimônio cultural e

natural, inclusive em suas vertentes de estímulo às indústrias criativas e ao desenvolvimento sustentável.

17. O forte envolvimento do Brasil na agenda da Organização se reflete nas visitas de alto nível à UNESCO. Apenas durante minha curta gestão de 18 meses, tive a honra de organizar as agendas dos encontros com a Diretora-Geral, em Paris, dos Ministros dos Esportes (outubro de 2017); do Meio Ambiente (dezembro de 2017); da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (janeiro de 2018); da Cultura (maio de 2018) e da Educação (setembro de 2018), além da visita ao Brasil da Diretora-Geral da Unesco, seu primeiro deslocamento internacional após assumir suas funções. Durante essas visitas, foram tratados temas de grande relevância como a preservação do legado olímpico brasileiro e o combate à dopagem nos esportes; a organização no Brasil, em março de 2018, do VIII Fórum Mundial da Água; a participação do Brasil na Década Internacional dos Oceanos, no âmbito da Comissão Oceanográfica Intergovernamental(COI); a atuação do Centro Lúcio Costa como Centro de Categoria II da UNESCO na promoção de capacitação para a preservação do patrimônio mundial; e o apoio da UNESCO nos trabalhos de resgate e recuperação do Museu Nacional no Rio de Janeiro.

18. Como reflexo do dinamismo e consistência da atuação do Brasil na UNESCO, contamos com 21 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sendo 14 sítios culturais e 7 sítios naturais; 8 elementos inscritos nas três listas do patrimônio cultural imaterial; 7 reservas da biosfera; um geoparque; 3 centros de categoria II; 21 catedras UNESCO; 7 Cidades Criativas, além de 11 acervos inscritos no Programa Memória do Mundo, entre os quais estão os arquivos do compositor Carlos Gomes e da psiquiatra Nise da Silveira, incorporados em novembro de 2017. A organização representa, assim, plataforma privilegiada para projeção de "soft power" pelo Brasil, bem como um instrumento valioso de estímulo à economia criativa.

19. Além de ser o sétimo maior contribuinte para o orçamento regular da UNESCO, o Brasil tem sido, nos últimos anos, um dos principais parceiros da organização na execução de projetos com recursos nacionais próprios ("self benefit"). Desse modo, o Escritório da UNESCO em Brasília tem atuado, em conjunto com órgãos do Governo brasileiro e com parceiros privados, em numerosos projetos, que o transformam no maior escritório fora da sede em matéria de execução de recursos extraorçamentários. Ademais, o Escritório em Brasília é dos poucos capazes de se autossustentar financeiramente.

20. Ao longo de 2018, empenhei-me em gestões com vistas assegurar o pagamento das contribuições obrigatórias do Brasil com a Unesco. Assim, graças ao apoio do Executivo brasileiro, foi quitada a dívida referente ao biênio 2016- 2017 e paga parcela substantiva da contribuição relativa a 2018. A atualização do pagamento das contribuições do Brasil, que figurava como o segundo maior devedor atrás dos EUA, foi de extrema importância para a recomposição do orçamento e para melhor posicionar o país em seu pleito por maior representatividade nos quadros de funcionários da Organização e para sua candidatura à reeleição ao Conselho Executivo. Como

reflexo dessa postura, registro a nomeação, de interesse do Brasil, da Senhora Marlova Jovchelovich Noleto como Diretora do Escritório de Brasília e Representante da UNESCO no Brasil, além da seleção da candidata brasileira Natália Florêncio ao Programa Jovens Profissionais. A despeito de meus esforços, o Brasil continua subrepresentado nos quadros da Organização, onde poderia ter até 17 brasileiros e tem apenas 7.

21. Passo a resumir, a seguir, as principais atividades e desafios do Posto por setor temático da UNESCO :

CULTURA

22. Além do trabalho quotidiano de acompanhamento das atividades das inúmeras comissões constituídas em todas as áreas do mandato da Organização, da promoção de candidaturas, bem como da atuação na vasta agenda das duas reuniões anuais do Conselho Executivo e da sessão bienal da Conferência Geral, a Delegação exerceu papel de relevo na projeção do Brasil. Organizou, em outubro de 2018, grande exposição de obras do artista e Embaixador da Boa Vontade da UNESCO, Vik Muniz, no quadro das celebrações da Semana da Filosofia. A mostra contou com vinte obras de grandes dimensões do artista e recebeu público de cerca de 4.000 pessoas, entre os quais a Diretora-Geral Audrey Azoulay, embaixadores e delegados permanentes e personalidades ligadas ao meio artístico e cultural francês e internacional, além de filósofos, professores universitários e estudantes.

23. A Delegação teve atuação determinante para o reconhecimento do Rio de Janeiro como a primeira Capital Mundial da Arquitetura da UNESCO em 2020, por acordo que envolveu a Prefeitura do Rio de Janeiro, o setor de Cultura da UNESCO, a União Internacional dos Arquitetos e o Instituto dos Arquitetos do Brasil.

24. Em março último, em conjunto com o Setor de Ciências Sociais da UNESCO, a Delegação participou da organização do colóquio internacional sobre o tema "Mulheres compositoras na música clássica do século 21", tendo a cravista e musicóloga brasileira Rosana Lanzelotte participado da mesa principal do evento.

25. Esta Delegação atuou tempestivamente junto ao Setor de Cultura da UNESCO em amparo à tragédia que vitimou o Museu Nacional no Rio de Janeiro, em setembro de 2018, motivando o envio de missão técnica da Organização ao Brasil para colaborar com o Governo brasileiro no resgate de peças atingidas pelo incêndio e nos trabalhos de reconstrução do Museu. Na qualidade de Vice Presidente do Comitê do Patrimônio Mundial, na sequência do trágico incêndio, apresentei ao Conselho Executivo projeto de Decisão relativo à preservação de museus e prevenção de riscos ao patrimônio cultural, aprovado por consenso. A Delegação também atuou no processo de doação por parte dos 140 Geoparques da rede da UNESCO para reconstituição do acervo do museu.

26. Durante o período em que estive à frente da Delegação Permanente, procurei assegurar que a atuação brasileira fosse marcada pela promoção do patrimônio cultural nacional, com destaque às três convenções de cultura de maior interesse para o Brasil: a Convenção de 1972 para Salvaguarda do Patrimônio Mundial, a Convenção de 2003 para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, e a Convenção de 2005 para Salvaguarda e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

27. Nesse contexto, coube à Delegação acompanhar os processos de apresentação de candidaturas brasileiras à lista do Patrimônio Mundial, contribuindo para a indicação do sítio "Paraty-Cultura e Biodiversidade", a ser apreciada na 43ª Sessão do CPM, em Baku (julho de 2019) e do Sítio Burle Marx, para aprovação em 2020, em sua 44ª Sessão. No quadro dessa última candidatura, realizei gestão junto ao secretariado quanto à recuperação dos seis jardins de Roberto Burle Marx que integram o conjunto arquitetural da sede da UNESCO em Paris (únicos existentes em toda a Europa). A Delegação também está empenhada na candidatura dos Lençóis Maranhenses, a ser apreciada em 2021.

28. A delegação tem trabalhadoativamente para assegurar a preservação dos sítios já inscritos. Nesse sentido, foram apresentados relatórios sobre o "Conjunto Moderno da Pampulha", o "Parque Nacional do Iguaçu", "Brasília" e as "Áreas Protegidas do Cerrado: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e das Emas".

29. No campo da cooperação internacional, o acordo de renovação do Centro Lucio Costa como Centro de Categoria II sob os auspícios da UNESCO foi assinado, em 13 de julho de 2018, durante encontro do então Ministro da Cultura com a Diretora-Geral da UNESCO. Com a expertise do IPHAN, o centro tem-se consolidado como instrumento voltado à capacitação em gestão do patrimônio, em benefício de países hispanófonos e lusófonos da América do Sul, da África e da Ásia.

30. Na seara do patrimônio cultural intangível, foi retomada a apresentação de candidaturas à Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial, no quadro da Convenção de 2003, com a submissão do "Complexo cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão", que deverá ser avaliado na 14ª Sessão do Comitê Intergovernamental do Patrimônio Cultural Imaterial, em Bogotá, entre 9 a 14 de dezembro de 2019. Com relação aos próximos ciclos de candidaturas, tenho sugerido que se considere a apresentação do Choro e da Bossa Nova, ambas expressões musicais consagradas nacional e internacionalmente, cuja inscrição na Lista Representativa teria efeitos positivos tanto em termos de projeção do país no universo da UNESCO como de reafirmação da origem e da identidade brasileira de ambos os ritmos.

31. O Brasil também tem importante histórico de atuação no âmbito da Convenção de 2005, onde integra o Comitê Intergovernamental para a Proteção da Diversidade de Expressões Culturais (mandato 2015-2019). No contexto dessa Convenção, o projeto "Mapping and strengthening local cultural value chains", do Centro Brasileiro

de Análise e Planejamento (CEBRAP), foi escolhido em 2017 como um dos beneficiários de financiamento pelo Fundo Internacional da Diversidade Cultural, com recursos no montante de US\$ 91.355,00.

32. A delegação tem acompanhado, ainda, as assembleias gerais e demais reuniões das duas outras convenções culturais de que o Brasil é parte: a Convenção da Haia de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (e seus dois protocolos) e a Convenção de 1970 sobre as Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação, o Transporte e a Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais.

33. Para assegurar que a delegação possa continuar a exercer o papel de destaque que tem desempenhado no âmbito do setor de cultura da UNESCO, é de fundamental importância sua participação nos comitês das convenções de maior interesse nacional. Destaco a importância de considerarmos a candidatura do Brasil ao Comitê Intergovernamental da Convenção para Salvaguarda e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, a ser apresentada até o final do mês de abril deste ano, bem como ao Comitê Intergovernamental da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, nas eleições de 2020.

34. Ressalto, ainda, a participação do Brasil na Rede de Cidades Criativas da UNESCO, que promove a cooperação entre cidades que identificaram setores criativos como fatores estratégicos para o desenvolvimento urbano e da indústria criativa. A Delegação trabalhou ativamente, e com sucesso, na promoção das postulações de Brasília, João Pessoa e Paraty para integrar a rede, que conta, atualmente, com 180 cidades de 72 países, sendo oito delas brasileiras, com a presença também de Belém, Curitiba, Florianópolis, Salvador e Santos. Com o apoio desta Delegação, a cidade de Santos foi selecionada para sediar, em 2020, a XIV Conferência Anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, em sua primeira edição na América Latina. Esta Missão está também apoiando a postulação futura de cidade do Estado do Ceará, a partir de chamada para candidaturas prevista para abril do corrente ano.

EDUCAÇÃO

35. A UNESCO é a organização responsável por liderar os esforços internacionais com vistas à implementação da agenda internacional de educação. Ao longo dos últimos anos (2015-2018), o Brasil participou das principais iniciativas do setor de educação da Unesco, exercendo forte influência na condução da agenda internacional sobre o tema.

36. Durante minha gestão, busquei projetar as prioridades nacionais na agenda educacional da Unesco, com destaque à formação e requalificação docente; o ensino técnico e profissionalizante; a curricular; a educação para o desenvolvimento sustentável; a educação para direitos humanos; e a educação na era digital.

37. Com apoio do Posto, o então Ministro da Educação e atual Secretário de Educação do Governo do Estado de São Paulo, Rossieli Soares da Silva, participou, em setembro de 2018, do Fórum de Parceiros da UNESCO. A relevância conferida pelo MEC ao trabalho da UNESCO na área de educação também pode ser constatada pela participação do Assessor Especial do Ministro da Educação, Coronel Robson Santos da Silva, na Semana da Aprendizagem Global, com foco no uso da inteligência artificial em benefício da educação, realizada de 04 a 08 de março passado.

38. Por meio de estreita coordenação entre esta Delegação e a Assessoria Internacional do MEC, o Brasil participou da IV Reunião do Comitê Diretivo da Agenda 2030 de Educação, em março de 2018, compondo, juntamente com a Argentina e a Bolívia, a representação do GRULAC no fórum. O Comitê Diretivo constitui a principal plataforma da UNESCO para coordenação global de iniciativas em prol do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS-4): assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos.

39. Cabe destacar, no mesmo sentido, que o Posto participa da concertação regional no âmbito das reuniões globais de alto nível na área de educação, como a última Reunião Global para a Educação (GEM-2018), realizada em Bruxelas, no período de 3 e 5 de dezembro de 2018, e a Reunião de Consultas Técnicas sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Bangkok, nos dias 9 e 10 de julho de 2018. Além disso, o Posto apoiou a participação do MEC e acompanhou as negociações da Convenção Global sobre Reconhecimento e Títulos de Educação Superior (dezembro/2018 e março/2019).

40. Recordo também que, sob minha gestão, a Delegação facilitou a tramitação do acordo entre a UNESCO e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para o estabelecimento da cátedra "Políticas Linguísticas para o Multilinguismo". Da mesma forma, encontra-se em fase final de negociação o acordo para a criação da cátedra "Sustentabilidade dos Oceanos", a ser coordenada pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente as instituições brasileiras de pesquisa são responsáveis pela coordenação de 21 cátedras da UNESCO. Esta delegação propôs, ainda, o estabelecimento de cátedra em universidade brasileira sobre o tema da inteligência artificial, de crescente importância para todos os países.

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

41. O setor de Ciências Humanas e Sociais tem como objetivo estratégico apoiar o desenvolvimento social inclusivo, fomentar o diálogo intercultural e promover os princípios éticos. Estrutura-se sobre programas dedicados a juventude e esporte; bioética e ética da ciência e tecnologia; inclusão e direitos; memória e História; e pesquisa e elaboração de políticas públicas.

42. No período em que estive à frente da Delegação do Brasil, destaca-se a adoção pela 39ª Conferência Geral da Declaração da

UNESCO sobre Princípios Éticos Relacionados à Mudança do Clima, ocasião em que me empenhei pessoalmente - e com sucesso - para assegurar a incorporação no referido texto do "princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas", enfrentando a forte oposição dos EUA e da União Europeia.

43. Por ocasião da 39ª sessão da CG, igualmente, foi adotada a Recomendação da UNESCO sobre Ciência e Pesquisadores Científicos, que atualiza a Recomendação sobre o Status dos Pesquisadores Científicos, de 1974. O processo de revisão contou com a participação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que transmitiu sugestões de linguagem, as quais, graças a gestões desta Delegação, puderam ser incorporadas à resolução que aprovou o documento, superando, novamente, resistência dos países europeus em promover alterações no texto.

44. Ainda no campo da bioética e da ética da ciência e tecnologia, o professor Dirceu Bartolomeu Greco, presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, foi nomeado pela diretora-geral da UNESCO, para integrar o Comitê Internacional de Bioética no período 2018-2021.

45. Na área de esporte, acompanhei a visita do então ministro responsável pela Pasta, que chefiou a delegação brasileira à VI sessão da Conferência das Partes da Convenção Internacional contra o Doping no Esporte, em setembro de 2017. A reunião teve como eixo principal a integridade no esporte e a promoção de valores através do esporte.

CIÊNCIAS NATURAIS

46. A atuação do setor de Ciências Naturais orienta-se por dois objetivos estratégicos: o fortalecimento dos sistemas e políticas de ciência, tecnologia e inovação nos planos nacional, regional e global; e a promoção da cooperação científica internacional em torno dos desafios ao desenvolvimento sustentável.

47. No que se refere ao primeiro objetivo, destaco a realização anual do Prêmio L'Oréal-UNESCO para as Mulheres na Ciência, que reconhece e dá visibilidade à contribuição excepcional das mulheres para o avanço da pesquisa científica em diferentes áreas de conhecimento. No período que correspondeu à minha gestão, foi agraciada, na edição 2018 da categoria "Talentos Internacionais em Ascensão", doutora em Química Biológica, Rafaela Salgado Ferreira, a pesquisadora na Universidade Federal de Minas Gerais, por sua pesquisa sobre "O poder da computação a serviço das doenças negligenciadas". A jovem cientista brasileira realiza importante trabalho de pesquisa para o desenvolvimento de fármacos para o combate à Doença de Chagas e ao Zika Vírus, enfermidades que afetam milhões de pessoas, sobretudo nos países em desenvolvimento.

48. O segundo objetivo estratégico do setor de Ciências Naturais se estrutura sobre programas de cooperação científica relacionados aos seguintes temas: oceano, hidrografia, biodiversidade, geociências e redução do risco de desastres. A UNESCO tem buscado

contribuir, através de programas como o Programa Hidrológico Internacional (PHI), o Programa o Homem e a Biosfera (MAB) e o Programa de Geoparques e Geociências para ações de adaptação, mitigação e resiliência à mudança do clima.

49. De maneira geral, os programas do setor vêm sendo direcionados para que se fortaleçam como plataformas para a implementação da Agenda 2030 e o atingimento dos ODS relacionados ao mandato da UNESCO, em particular os objetivos 6 (água) e 14 (oceano). À frente da Delegação do Brasil, pude apoiar a ativa participação brasileira no âmbito da Comissão Oceanográfica Intergovernamental. Acompanhei o encaminhamento da proposta de lançamento da Década Internacional das Ciências Oceânicas a serviço do Desenvolvimento Sustentável (2021-2030), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2017. O secretariado elaborou `roadmap` para orientar a fase preparatória da Década, uma vez que, até setembro de 2020, a COI deverá submeter o Plano de Implementação à AGNU. O documento, que contou com a participação do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha, foi aprovado por ocasião da 51ª sessão do Conselho Executivo da COI, realizada em julho de 2018, que examinou, igualmente, itens relacionados ao acompanhamento da custódia da COI sobre indicadores do ODS 14 e à participação da COI no contexto das negociações para o estabelecimento de um futuro instrumento juridicamente vinculante sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha de áreas além das jurisdições nacionais (BBNJ) pelas Nações Unidas.

50. O Brasil segue participando do processo preparatório da Década e está envolvido em tratativas para a realização de `workshop` regional do Atlântico Sul, cujo objetivo será o de auxiliar na identificação de prioridades e resultados esperados naquele contexto. Tal compromisso foi reafirmado pelo então ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, à diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, quando de visita de trabalho à Organização em janeiro de 2018.

51. Por ocasião do encontro, foi abordado, ainda, o 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília, em março daquele ano. Nesse particular, coube a esta Delegação, organizar as duas Reuniões Preparatórias do Processo Político, realizadas respectivamente, em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, na sede da UNESCO, em Paris. O processo negociador mantido em Paris e finalizado em Reunião de Alto Funcionários, em Brasília, resultou na adoção da Declaração Ministerial - "Chamado Urgente para uma Ação Decisiva sobre a Água", no dia 20 de março de 2018.

52. A diretora-geral da UNESCO, convidada pessoalmente, em Paris, pelo então Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, representou o Secretário-Geral das Nações Unidas no 8º Fórum Mundial da Água e foi a única representante do sistema ONU a realizar pronunciamento na sessão de abertura, que contou com 11 autoridades em nível de Chefe de Estado ou de Governo.

53. No âmbito do Conselho do PHI, esta Delegação acompanhou, ainda, no período sob minha chefia, as discussões sobre temas como a revisão de seus Estatutos, a Aliança de Megacidades para Água e Clima, a Iniciativa sobre Grandes Rios do Mundo, a proposta da UNESCO de inclusão de novo indicador sobre educação hídrica, no contexto do ODS-6 da Agenda 2030, e vem acompanhando atualmente os debates do projeto preliminar de Plano Estratégico para a 9^a fase do Programa, a ser executada no período 2022-2029, que vem contando com a participação da Agência Nacional de Águas (ANA). Manteve, igualmente, entendimentos com o secretariado sobre a decisão da Universidade do Estado de Minas Gerais de encerrar as atividades do Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (HidroEx) como Centro de Categoria II sob os auspícios da UNESCO, bem como de interromper o projeto de estabelecimento de complexo de pesquisa sobre águas na cidade de Frutal.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

54. Nessa área, a UNESCO tem expressiva atuação na promoção e defesa da liberdade de expressão e segurança de jornalistas. O Brasil foi membro fundador, em 2016, do Grupo de Amigos na UNESCO para a Liberdade de Imprensa e o Combate à Impunidade dos Crimes contra Jornalistas, em cujo âmbito atuamos para reafirmar o engajamento do País nos debates sobre este assunto. Nessa área, foi estabelecida cooperação entre a UNESCO e autoridades brasileiras, inclusive com a participação da Corte Iberoamericana de Justiça, no intuito de promover a capacitação de pessoal no combate à impunidade de tais crimes.

55. A Diretora-Geral da UNESCO emite, para cada caso de assassinato de jornalista no mundo, um comunicado público. Ciente do compromisso do Brasil com a segurança de jornalistas, esta Delegação vem-se empenhando na obtenção de relatos de investigação e apuração de responsabilidades em casos envolvendo jornalistas brasileiros. O envio de esclarecimentos à UNESCO enseja percepção positiva quanto ao engajamento do Governo no combate à impunidade de tais crimes, bem como na promoção da liberdade de expressão.

56. Desde 2009, a UNESCO tem lançado publicações sobre liberdade na internet com vistas a apoiar os Estados membros a elaborar suas políticas. Entre os mais recentes aportes da Organização, destaca-se o lançamento, em novembro de 2018, do Manual "Journalism, Fakenews and Disinformation" com recomendações para centros de formação e treinamento de jornalistas. O documento foi elaborado no âmbito do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC) da UNESCO.

57. A UNESCO participa e apoia, ainda, as atividades de fóruns internacionais de governança da internet, notadamente, da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS - sigla em inglês) e do Fórum de Governança da Internet (IGF - sigla em inglês). Note-se que a UNESCO lançou versões em português e espanhol da publicação "Internet Study", a qual apresenta estudo sobre acesso a

informação, liberdade de expressão, privacidade e ética no meio digital.

58. A Delegação brasileira foi responsável pelo lançamento na agenda da UNESCO do tema da inteligência artificial, com a realização, em junho de 2018, do seminário "Uma Reflexão sobre Inteligência Artificial", que contou com a participação de profissionais altamente qualificados e público superior a 400 pessoas. Na sequência dessa iniciativa, a Delegação brasileira participou ainda Fórum Regional sobre Inteligência Artificial, realizado no Marrocos, em dezembro de 2018 e encontra-se empenhada em apoiar a realização em São Paulo, pelo CETIC.br em parceria com a UNESCO, do Fórum sobre Inteligência Artificial para a América Latina e o Caribe, em julho de 2019.

59. A Delegação vem também acompanhando detidamente o processo de renovação de acordo com a UNESCO relativo ao CETIC.br como Centro de Categoria II da Organização. O CETIC.br já mantém parceria com a UNESCO, em cujo quadro foi lançada, com apoio da Delegação brasileira, em novembro de 2018, publicação relativa aos Indicadores sobre Universalidade da Internet.

TEMAS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

60. A despeito do grande esforço feito no sentido de atualizar as contribuições ao orçamento regular da UNESCO, o Brasil, como sétimo maior contribuinte, é ainda um dos expressivos devedores da Organização. Permanecem pendentes de pagamento 2,1 milhões de dólares e 1,6 milhões de euros, relativos à contribuição de 2018, e a 5,1 milhões de dólares e 3,9 milhões de euros relativos à contribuição de 2019.

61. Desde 2011, a Organização depara-se com a contingência de readequar seus programas em decorrência do déficit, hoje da ordem de 600 milhões deixado pelos EUA. Assim, o funcionamento da Organização e a execução de programas passam por severos reajustes e com o recurso a contribuições extra-orçamentárias. A Delegação acompanha, assim, com especial atenção, as propostas de uso dos recursos na proposta orçamentária para o biênio 2020-2021, defendendo a priorização da implementação de programas no terreno em benefício dos países em desenvolvimento.

62. Com a eleição da atual Diretora-Geral, em novembro de 2017, a Organização lançou-se em amplo processo de Transformação Estratégica e de reorganização de sua governança, em linha com o processo de reforma da ONU lançado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. A Delegação tem participado ativamente dos debates sobre a reforma, cujos eixos centrais são: (i) fortalecimento dos programas e foco nas prioridades temáticas; (ii) reforço do papel da agenda da UNESCO; (iii) abertura da UNESCO a novas parcerias; e (iv) aumento da eficiência e da eficácia da Organização. A esse respeito, o Brasil tem conferido ênfase à presença e ação efetiva da Organização no terreno.

63. A Delegação do Brasil vem, ainda, acompanhando, com grande atenção, recomendação resultante do Grupo de Trabalho de Governança, aprovada na Conferência Geral em 2017, que visa a impor restrição à eleição consecutiva por mais de dois mandatos ao Conselho-Executivo. A iniciativa implica emenda à Constituição, tem grande apelo especialmente junto aos países pequenos e insulares, mas conta com oposição dos maiores contribuintes ao orçamento da Organização. O tema poderá ser objeto de deliberação na próxima Conferência Geral, razão pela qual convém ao Brasil assegurar sua reeleição antes da eventual aprovação dessa proposta, por muitos considerada contrária aos princípios democráticos da UNESCO.